



CDA Alimentos S.A.

Sociedade por Ações de Capital Fechado - CNPJ nº 26.651.646/0001-22 - NIRE 52300012813
Ata da 74ª Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 9 de Outubro de 2025



1. Data, Horário e Local: em 9 de outubro de 2025, às 9h (nove horas), na sede social da CDA Alimentos S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), no município de Anápolis, Estado de Goiás, na Viela VI-L2, s/nº, Quadra 1-B, Módulo 03, Bloco A, Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, CEP nº 75132-010. **2. Composição da Mesa:** **Presidente:** Sr. André Oliveira Barros; **Secretário:** Sr. Claudio Antonio Giglio da Silva. **3. Convocação e Presença:** dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão de estarem presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em a saber: (i) **AC Vita Comércio de Alimentos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede localizada na Rua Dona Laura, nº 333, Conjunto 1601, Sala AC VITA, Porto Alegre - RS, CEP nº 90.430-091, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 16.712.996/0001-06 e sob o NIRE nº 43207219660 ("AC VITA"); e (ii) **CDA Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na VI L2, Quadra 01 B, Módulo 3, Bloco "A", Sala 01, Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), Anápolis GO, CEP: 75.132-010, inscrita no CNPJ sob o nº 12.399.798/0001-75 e sob o NIRE nº 52300013747 ("CDA Participações", e em conjunto com AC Vita, "Acionistas"), ambas, representadas neste ato, por seu representante legal, o Sr. **André Oliveira Barros**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 2003276587, expedida pela SSP RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 690.725.150-72, residente e domiciliado na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço profissional na Rua Dona Laura, nº 333, Conjunto 1601, Sala AC VITA, Porto Alegre - RS, CEP nº 90.430-091. **4. Ordem do Dia:** deliberar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, sobre (i) a celebração de aditamentos e rerratificação referentes às garantias da 2ª (segunda) emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, conforme descritas no item 5.3, subitem (xix), abaixo ("Segunda Emissão"); (ii) a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória ("Emissão"), para colocação privada, com as características descritas a seguir ("Debêntures"); (iii) a outorga das Garantias (conforme abaixo definido), em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido); (iv) autorização à Diretoria da Companhia para que esta pratique todos os atos e adote todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e da outorga das Garantias objeto das deliberações acima; (v) a renúncia, pelos acionistas da Emissora, ao exercício do direito de preferência para subscrição das Debêntures, nos termos do artigo 57, § 1º da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) ratificação de todos os atos relativos à Emissão e à outorga das Garantias que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria e demais representantes da Companhia, tais como a contratação do Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), assessores legais, Escriturador, Banco Liquidante, entre outros, bem como de todos os atos necessários para a consecução das atividades constantes dos itens (i) a (vi) acima. **5. Deliberações:** instalada a assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, sem ressalvas, o quanto segue: 5.1 Aprovar a celebração dos aditamentos e da rerratificação das garantias, conforme descritas abaixo, referentes à Segunda Emissão, formalizada nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da CDA Alimentos S.A. (\"Escritura da Terceira Emissão\")*"); (i) **Número da Emissão.** 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora. (ii) **Número de Séries.** A Terceira Emissão será realizada em série única. (iii) **Valor Total da Terceira Emissão.** O valor total da Terceira Emissão é de R\$ 86.022.000,00 (oitenta e seis milhões, vinte e dois mil reais), na Data da Terceira Emissão ("**Valor Total da Terceira Emissão**"). (iv) **Data da Terceira Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Terceira Emissão será o dia 9 de outubro de 2025 ("**Data da Terceira Emissão**"). (v) **Quantidade de Debêntures da Terceira Emissão Emitidas.** Foram emitidas 86.022 (oitenta e seis mil e vinte e duas) Debêntures da Terceira Emissão, em série única. (vi) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures da Terceira Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"), na Data da Terceira Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais). (vii) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 1.207 (mil, duzentos e sete) dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de janeiro de 2029 ("**Data de Vencimento**"). (viii) **Convertibilidade.** As Debêntures da Terceira Emissão são conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal unitário, de emissão da Emissora ("**Ações da Conversão**"), nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações e da Escritura da Terceira Emissão. (ix) **Remuneração da Terceira Emissão.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Emissão, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("**Taxa DI**"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 7,5% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, podendo tal valor ser reduzido a 7,0% (sete inteiros por cento), caso implementado o *Step Down* da Terceira Emissão (conforme abaixo definido), além de eventuais acréscimos a serem implementados, nos termos da Escritura da Terceira Emissão, a título de penalidade ou não ("**Remuneração da Terceira Emissão**"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Terceira Emissão, observadas as disposições relacionadas ao *Step Down* da Terceira Emissão (conforme abaixo definido) e hipóteses de majoração de sobretaxa, conforme estabelecidas na Escritura da Terceira Emissão. (a) **Step Down da Terceira Emissão.** A partir da primeira Data de Integralização, caso atendidas as condições estabelecidas na Escritura da Terceira Emissão, a Emissora fará jus a uma redução linear na Remuneração da Terceira Emissão, não cumulativa, de modo que a Remuneração da Terceira Emissão passará a ser equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 7,0% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Terceira Emissão ("**Step Down da Terceira Emissão**"). (x) **Pagamento da Remuneração da Terceira Emissão.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Emissão (conforme abaixo definido), de Amortização Extraordinária Facultativa da Terceira Emissão (conforme abaixo definido) ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Emissão, nos termos previstos na Escritura da Terceira Emissão, a Remuneração da Terceira Emissão será paga de acordo com a tabela estabelecida no Anexo I à Escritura da Terceira Emissão (cada uma destas datas, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"). (xi) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa da Terceira Emissão (conforme abaixo definido) ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Emissão, nos termos previstos na Escritura da Terceira Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Emissão será amortizado de acordo com a tabela estabelecida no Anexo I à Escritura da Terceira Emissão (cada uma destas datas, uma "**Data de Pagamento da Amortização**") e, quando em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração, "**Datas de Pagamento**"). (xii) **Encargos Moratórios da Terceira Emissão.** Sem prejuízo da Remuneração da Terceira Emissão, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas da Terceira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (a) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"). (xiii) **Garantias.** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), serão constituídas as garantias reais e fidejussórias descritas de forma pormenorizada, na Escritura de Emissão ("**Garantias**"), as quais deverão permanecer válidas e exequíveis até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, conforme o caso: (a) Fiança. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, cada um dos Garantidores, a saber, **André Oliveira Barros**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Ernani Oliveira Silveira, nº 671, Olaria, CEP 96785-144, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 690.725.150-72, **Ignacio Trías Guendjián**, uruguaio, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado em Montevideo, Uruguai, na Plaza Cagancha, nº 1.170, apt. 801, inscrito no CPF sob o nº 600.861.000-84 e **Gustavo Ferreira Radunz**, brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliado no Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida General Bent Gonçalves da Silva, nº 1.151, Centro, CEP 96300-000, inscrito no CPF sob o nº 004.041.350-05 (em conjunto, "**Garantidores**"), nos termos do artigo 822 do Código Civil, obrigá- se-á, nos termos da Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irratrável, como coobrigados e devedores solidários, prestando fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se, bem como a seus respectivos sucessores a qualquer título, como fiadores, principais pagadores, coobrigados e devedores solidários, com a Emissora, das Obrigações Garantidas ("**Fiança**"); (b) **Alienação Fiduciária de Ações.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("**Lei nº 4.728/65**"), do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969 ("**Decreto-Lei nº 911/69**"), do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, as Acionistas (conforme abaixo definido) constituirão, em favor dos debenturistas da Segunda Emissão, por meio do *"Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças"*, celebrado em 10 de dezembro de 2024 entre a **CDA Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede no Município de Anápolis, Estado de Goiás, na Viela VI-L2, s/nº, Quadra 1-B, Módulo 03, Bloco A, Sala 01, Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, CEP nº 75132-010, inscrita no CNPJ sob o nº 12.399.798/0001-75 ("**CDA Participações**"), a **AC Vita Comércio de Alimentos Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dona Laura, nº 333, Conjunto 1601, Sala AC VITA, Porto Alegre - RS, CEP nº 90.430-091, inscrita no CNPJ sob o nº 16.712.996/0001-06 ("**AC Vita**") e, quando em conjunto com a CDA Participações, "Acionistas"), a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"), e constituirão, em favor dos Debenturistas da presente Emissão, por meio do *"Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças"*, a ser celebrado entre as Acionistas, a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"), a alienação fiduciária em garantia sobre (i) a quantidade total agregada de 33.565.031 (trinta e três milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil e trinta e uma) ações de emissão da Emissora, de titularidade das Acionistas, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("**Ações**"), quer tenham seu valor nominal alterado, quer sejam desdobradas ou grupadas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) todas as ações de emissão da Emissora que, porventura, a partir da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sejam atribuídas às Acionistas em decorrência de sua titularidade das Ações, ou seus eventuais sucessores legais, por força de alteração no valor nominal das Ações, desdobramentos ou grupamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais títulos que, porventura, a partir da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, venham a substituir as Ações, em razão de cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão, transformação em outro tipo societário ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("**Alienação Fiduciária de Ações**"); (c) **Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, do Decreto-Lei nº 911/69, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, constituiu, em favor dos debenturistas da Segunda Emissão, por meio do *"Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Grandes Redes"*, celebrado em 10 de dezembro de 2024 entre a Emissora e o Agente

Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes**"), e constituirá, em favor dos Debenturistas da presente Emissão, por meio do *"Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Grandes Redes"*, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes**"), cessão fiduciária ("**Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes**") sobre (i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, detidos pela Emissora, a qualquer título e em decorrência de qualquer ato ou fato, contra Grandes Redes, conforme determinados na Escritura de Emissão, incluindo-se os recursos provenientes dos Direitos Creditórios de Grandes Redes, que deverão ser depositados diretamente pelas Grandes Redes na Conta Vinculada - Grandes Redes (conforme abaixo definido), os quais estão e estarão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames ("**Direitos Creditórios de Grandes Redes**"); e (ii) a conta corrente nº 1000812-8, agência nº 0001, aberta na **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acima qualificada ("**Agente Depositário**"), em nome da Emissora ("**Conta Vinculada - Grandes Redes**"), todos e quaisquer direitos sobre a Conta Vinculada - Grandes Redes e todos os recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta Vinculada - Grandes Redes, bem como quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com tais recursos, de tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou aplicação de tais montantes e quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou resgate de referidos títulos e/ou valores mobiliários (sendo a Conta Vinculada - Grandes Redes, em conjunto com os Direitos Creditórios do Grandes Redes, os "**Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente - Grandes Redes**"); (d) **Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, do Decreto-Lei nº 911/69, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, constituiu, em favor dos debenturistas da Segunda Emissão, por meio do *"Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Operações de Compra e Venda"*, celebrado em 10 de dezembro de 2024 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda**"), e constituirá, em favor dos Debenturistas da presente Emissão, por meio do *"Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Operações de Compra e Venda"*, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda**"), cessão fiduciária sobre (i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, decorrentes das Operações de Compra e Venda (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda), as quais terão seus recebimentos representados por notas fiscais eletrônicas (consubstanciadas em arquivos XML certificados digitalmente das notas fiscais de entrega) ou de remessa dos Produtos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda) que se encontram registradas eletronicamente em sistema próprio da Secretaria da Fazenda Estadual e Receita Federal, nos termos da legislação vigente ("**Notas Fiscais**"), cujo meio de pagamento dar-se-á por meio de boletos bancários emitidos por meio do Agente de Liquidação (conforme abaixo definido), detidas contra os Clientes (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda), cujas características encontram-se e/ou encontrar-se-ão, conforme o caso, descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda, incluindo-se os recursos provenientes das Operações de Compra e Venda, que deverão ser depositados diretamente pelo respectivo cliente da Emissora na Conta de Liquidação e, posteriormente, transferidos pelo Agente de Liquidação para a Conta Vinculada - Operações de Compra e Venda (conforme abaixo definido) ("**Direitos Creditórios das Operações de Compra e Venda**"); (ii) a conta corrente nº 1000814-4, agência nº 0001, aberta no Agente Depositário, em nome da Emissora ("**Conta Vinculada - Operações de Compra e Venda**"), todos e quaisquer direitos sobre a Conta Vinculada - Operações de Compra e Venda e todos os recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta Vinculada - Operações de Compra e Venda, bem como quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com tais recursos, de tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou aplicação de tais montantes e quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou resgate de referidos títulos e/ou valores mobiliários; e (iii) a conta corrente nº 3810-5, agência nº 3684-6, aberta no **Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12 ("**Agente de Liquidação**"), em nome da Emissora ("**Conta de Liquidação**"), todos e quaisquer direitos sobre a Conta de Liquidação e todos os recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Liquidação, bem como quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com tais recursos, de tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou aplicação de tais montantes e quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou resgate de referidos títulos e/ou valores mobiliários (sendo a Conta Vinculada - Operações de Compra e Venda e os Direitos Creditórios das Operações de Compra e Venda, os "**Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente - Operações de Compra e Venda**"), sendo certo que a somatória dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios das Operações de Compra e Venda, cedidos fiduciariamente aos Debenturistas livres de quaisquer ônus, nos termos desta Cláusula deverá corresponder, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, ao valor mínimo de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ("**Valor Mínimo da Cessão Fiduciária de Recebíveis Operações de Compra e Venda**"). (e) **Cessão Fiduciária de Recebíveis - Processo Administrativo.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, do Decreto-Lei nº 911/69, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, constituiu, em favor dos debenturistas da Segunda Emissão, por meio do *"Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Processo Administrativo"*, celebrado em 10 de dezembro de 2024, entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Processo Administrativo**") e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes e o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda, "**Contratos de Cessão Fiduciária**"), e constituirá, em favor dos Debenturistas da presente Emissão, por meio do *"Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Processo Administrativo"*, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Processo Administrativo**") e, quando em conjunto com o Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Grandes Redes e o Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Operações de Compra e Venda, "**Aditamentos aos Contratos de Cessão Fiduciária**"), cessão fiduciária ("**Cessão Fiduciária de Recebíveis - Processo Administrativo**") sobre (i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, detidos pela Emissora contra a União Federal, no âmbito dos processos administrativos indicados no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis - Processo Administrativo, que têm como objeto a restituição, a compensação, o ressarcimento e o reembolso de tributos federais, solicitados por meio de Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação - PER/DCOMP ("**Processos Administrativos**"), conforme regulamentados por meio da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.055, de 6 de dezembro de 2021, conforme alterada ("**IN RFB 2.055/21**"), os quais estão e estarão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames ("**Direitos Creditórios dos Processos Administrativos**"), incluindo-se os recursos provenientes dos Direitos Creditórios dos Processos Administrativos, independentemente de onde forem depositados; e (ii) a conta corrente nº 1000813-6, agência nº 0001, aberta no Agente Depositário, em nome da Emissora ("**Conta Vinculada - Processo Administrativo**"), todos e quaisquer direitos sobre a Conta Vinculada - Processo Administrativo e todos os recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta Vinculada - Processo Administrativo, bem como quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com tais recursos, de tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou aplicação de tais montantes e quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou resgate de referidos títulos e/ou valores mobiliários; e (f) **Alienação Fiduciária de Imóvel - Planta Industrial.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, nos termos da Lei nº 9.514/97, constituiu, em favor dos debenturistas da Segunda Emissão, por meio da *"Escritura Pública de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária sobre Bem Imóvel e Outras Avenças - Planta Industrial"*, lavrada em 12 de dezembro de 2024 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóvel - Planta Industrial**"), e constituirá, em favor dos Debenturistas da presente Emissão, por meio da *"Rerratificação à Escritura Pública de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária sobre Bem Imóvel e Outras Avenças - Planta Industrial"* a ser lavrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Rerratificação à Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóvel - Planta Industrial**"), alienação fiduciária em garantia sobre o imóvel urbano objeto da matrícula nº 2.201, do Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Cristalândia, Estado do Tocantins, conforme descrito na Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóvel - Planta Industrial ("**Imóvel - Planta Industrial**"), incluindo todos e quaisquer de seus acessórios ou benfeitorias, inclusive, mas não se limitando a acessões, melhoramentos e construções, existentes e/ou futuras, que estejam ou venham a estar a este vinculadas ("**Alienação Fiduciária de Imóvel - Planta Industrial**"). (xiv) **Vencimento Antecipado da Terceira Emissão.** As Debêntures da Terceira Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático e a hipóteses de vencimento antecipado não automático, nos termos que vierem a ser estabelecidos na Escritura da Terceira Emissão ("**Eventos de Vencimento Antecipado da Terceira Emissão**"). (xv) **Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Emissão.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos 12 (doze) meses contados da última Data de Integralização (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Terceira Emissão ("**Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Emissão**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será calculado com base na metodologia estabelecida na Escritura da Terceira Emissão. (xvi) **Amortização Extraordinária Facultativa da Terceira Emissão.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos 12 (doze) meses da última Data de Integralização (exclusive), realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures da Terceira Emissão ("**Amortização Extraordinária Facultativa da Terceira Emissão**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa da Terceira Emissão, o valor devido pela Emissora será calculado com base na metodologia estabelecida na Escritura da Terceira Emissão. (xvii) **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, em comum acordo com os detentores das Debêntures da Terceira Emissão, adquirir uma ou mais Debêntures da Terceira Emissão, observados os termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo a aquisição facultativa de que trata esta Cláusula constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras legais e regulamentares aplicáveis. (xviii) **Demais Características.** As demais características das Debêntures da Terceira Emissão estão descritas na Escritura da Terceira Emissão. 5.4 Autorizar a constituição das Garantias em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas. 5.4 Autorizar a Diretoria e demais representantes legais da Companhia a, em nome da Companhia, (i) contratar os prestadores de serviços para a Emissão, tais como a B3, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador, os assessores legais, entre outros; (ii) negociar e definir todos os termos e condições específicos da Emissão e das Garantias que não foram definidos nesta assembleia; (iii) celebrar todos os documentos, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e aos instrumentos que formalizam as Garantias, bem como eventuais aditamentos aos referidos instrumentos. 5.5 Formalizar, por meio da presente ata, a renúncia dos acionistas da Emissora ao exercício do direito de preferência para subscrição das Debêntures, nos termos do artigo 57, §1º da Lei das Sociedades por Ações. 5.6 Ratificar todos os atos relativos à Emissão e à outorga das Garantias que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, bem como de todos os atos necessários para a consecução das deliberações constantes dos itens 5.1 a 5.4 acima.

6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas - Mesa: **Presidente:** Sr. André Oliveira Barros; **Secretário:** Sr. Claudio Antonio Giglio da Silva. Anápolis/GO, 9 de outubro de 2025. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: **André Oliveira Barros** - Presidente da Mesa; **Claudio Antonio Giglio da Silva** - Secretário da Mesa. Acionistas: **CDA Participações S.A.** - Nome: André Oliveira Barros - Cargo: Diretor; **AC Vita Comércio de Alimentos Ltda.** - Nome: André Oliveira Barros - Cargo: Administrador. **JUCEC** - Certificado o Registro em 13/10/2025 sob nº 20252657535. Protocolo: 252657535 de 09/10/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária-Geral.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 13 Outubro 2025, 17:54:11

Documento: CDA-ALIMENTOS - NOTICIARIO 4X39.Pdf

Número: db2b8415-789d-4184-99cd-68f9a40f8dad

Data da criação: 13 Outubro 2025, 17:53:55

Hash do documento original (SHA256): 6a87741f4a62d624df8eac2896c04ae481c7a43e11b240f5fd84b73ba2c14ce8



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número db2b8415-789d-4184-99cd-68f9a40f8dad, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign db2b8415-789d-4184-99cd-68f9a40f8dad. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 13 Outubro 2025, 17:54:11

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número db2b8415-789d-4184-99cd-68f9a40f8dad, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign db2b8415-789d-4184-99cd-68f9a40f8dad. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.